

LORD COCHRANE

Primeiro Almirante Brasileiro

Aos meus patrícios que hoje vivem angustiados com as desventuras do Brasil — assaltado por um enxame de negociastas e corruptores; administrado por homens que, na maioria dos casos, subordinam a interesses privados o sagrado interesse da comunidade, e que vivem a hora que passa sem a mínima preocupação com as gerações por virem — estas páginas da vida do 10.º Conde de Dundonald, mais conhecido mundialmente por Lord Cochrane, servirão de estímulo e de esperança.

Contemporâneo da Revolução Francesa, de Nelson e de Napoleão — aquêle que recebeu do Governo Imperial do Brasil o título de “Primeiro Almirante”, honra que lhe foi também outorgada pelo Chile, dedicou sua longa existência à glória de sua pátria, como oficial de marinha; destacou-se em luta inglória pela restauração dos princípios de honestidade e eficiência administrativa, como político e parlamentar; consagrou-se como libertador dos povos oprimidos, fora de seu país, no Chile, no Perú, no Brasil e na Grécia.

Quando imaginamos o que eram as batalhas navais há cento e cinquenta anos, em que se empenhavam navios à vela, construídos de madeira e dotados de canhões de mecha, pode-se avaliar como o seu êxito dependia muito mais dos homens do que das máquinas. A bravura, a inteligência e a resistência física predominavam mais do que a tonelagem e o número de bôcas ofensivas. Entre os comandantes dêsses bravos marinheiros, o Capitão Cochrane foi único.

Ao observador hodierno, a Inglaterra parece servir de padrão de honestidade e correção nos negócios públicos. Não era assim, porém, nos idos tempos de Lord Cochrane. Há cento e cinquenta anos atrás a administração inglêsa sofria a terrível corrosão das negociastas e das oligarquias políticas, tal como hoje se passa em nossa terra. Por conseguinte, poderemos ter seguras esperanças de que o Brasil verá dias melhores ao cabo de mais algumas gerações.

Homens que lutam inglôriamente pelo bem de seu torrão natal, como é o caso de Lord Cochrane, são necessários. No seu tempo de existência, geralmente incompreendidos, sentem a inutilidade de seus imensos esforços e sacrifícios. Mas, assim mesmo, prosseguem corajosamente e, como declarou Lord Cochrane em suas

memórias, se tivessem de recomeçar, repetiriam tudo outra vez, lutando pela restauração dos verdadeiros princípios que fundamentam e justificam a dignidade humana: honestidade e liberdade.

A vida de Lord Cochrane não tem paralelo na História. Homem de extraordinária coragem e de surpreendentes iniciativas, teve o desgosto de ver suas vitórias e conquistas se desvanecerem e se transmudarem em objeto de escárneo de seus compatriotas, pelas manobras fraudulentas das fôrças da inveja, do despeito e da malícia de seus inimigos, isto é, daqueles que se locupletavam com os abusos e negociatas da época.

Idealista, combateu desde a primeira hora pela moralização dos serviços da grande Marinha Britânica; correto no cumprimento de seus deveres e obrigações, lutou a vida tôda para que lhe outorgassem a devida justiça; corajoso e sincero, enfrentou de peito aberto inimigos encobertos e traiçoeiros.

Renegado em seu próprio país, expulso e degradado da gloriosa Marinha, que queria ver salva e livre dos parasitas que a solapavam; eliminado do Parlamento por motivo desprimoroso — Lord Cochrane não se abateu nem se conformou: foi buscar alhures a justiça e o reconhecimento dos homens e emigrou voluntariamente para empregar sua inteligência e sua grande energia a serviço de nobres causas da liberdade, transformando-se em patrono da independência do Chile, do Perú, do Brasil e da Grécia.

Como oficial de marinha e como comandante ultrapassou os mais ousados e célebres de seu tempo, pelas façanhas incríveis que realizou, aprisionando e destruindo numerosos navios inimigos, mediante processos de guerra originais e inesperados. Suas vitórias foram sempre pontilhadas de soluções inéditas para os casos clássicos, donde resultavam sempre surpresas para o inimigo, que se atordoava com o jôgo "fora das regras". Suas ciladas se caracterizavam por uma boa dose de *humour*, pois em não poucas vêzes Lord Cochrane aparentava um grave êrro de manobra ou um estado de fraqueza de suas fôrças, a fim de induzir o inimigo a cair na armadilha.

Sua vida foi assim uma contínua aventura. Vivendo em um período agitado da História, assistiu às transformações da Europa sob o impacto irresistível das proesas napoleônicas. No último quartel de sua longa vida, testemunhou as glórias da Era Vitoriana e teve o consôlo de receber da grande soberana o reconhecimento de seus serviços passados e a restituição completa de seus títulos honoríficos.

*

Na tarde de 28 de junho de 1901, uma guarnição composta de vinte marinheiros, sob o comando de um tenente, penetrava res-

peitosamente na nave principal da austera Catedral de Westminster. Essa fôrça naval provinha do *Cruzador Floriano*, que se encontrava na Inglaterra em missão de cordialidade para representar o Brasil na coroação de Eduardo VII. Como acentuaram os jornais londrinos, era a primeira vez que uma fôrça estrangeira, armada com fuzis, penetrava naquele templo, onde ecoou, também pela vez primeira, uma voz de comando em língua estranha. Os marinheiros brasileiros vinham prestar o tributo de gratidão ao Primeiro Almirante Brasileiro, Lord Cochrane.

Junto ao túmulo do grande marujo escocês se encontravam altas personalidades, como o Ministro Joaquim Nabuco, o XII Conde de Dundonald, neto de Lord Cochrane, o Deão de Westminster, o Capitão Huet Bacellar, Comandante do *Cruzador Floriano* e outras pessoas representativas da nobreza inglêsa bem como dos governos do Chile, Perú e Grécia. Inteiramente coberto de flôres, orquídeas e lírios, o sepulcro de Lord Cochrane recebeu ainda duas corôas com as côres brasileiras, uma em nome da Marinha e outra dos marinheiros brasileiros.

Sob as flôres, na lápide tumular estavam gravados, em inglês, os seguintes dizeres:

AQUI REPOUSA, NO SEU 85.º ANO,
T H O M A S C O C H R A N E,
10.º CONDE DE DUNDONALD,
BARÃO COCHRANE DE DUNDONALD,
DE PAISLEY E DE OCHILTREE,
PAR DA ESCÓCIA,
MARQUES DO MARANHÃO
NO IMPÉRIO DO BRASIL,
G.C.B. E ALMIRANTE DE ESQUADRA.
O QUAL, PELA CONFIANÇA QUE SEU GENIO,
SUA CIÊNCIA E SEU EXTRAORDINARIO DESTEMOR,
INSPIRADOS POR SUAS HERÓICAS FAÇANHAS NA
CAUSA DA LIBERDADE E SEUS ESPLENDIDOS SERVIÇOS,
TANTO PARA SEU PAÍS, COMO PARA A GRECIA,
O BRASIL, O CHILE E O PERÚ,
CONQUISTOU UM NOME ILUSTRE ATRAVÉS DO
MUNDO, PELA CORAGEM, PATRIOTISMO E
CAVALHEIRISMO.

Nascido em 14-12-1775

Falecido em 31-10-1860

Nos ângulos se encontram os nomes das quatro nações que Lord Cochrane auxiliou a conquistar a independência, com as datas dos anos em que êle pelejou ao lado dos povos libertados. O túmulo está situado no centro da parte da nave principal, muito próximo do sepulcro de Livingstone, outro inglêso que foi, à sua moda, um libertador e descobridor de um Novo Mundo. No centro do túmulo de Lord Cochrane, coberto com a bandeira brasileira,

viam-se os enfeites de flôres amarelas e fôlhas verde-amarelo que êle usara durante a guerra do Brasil e que desde então simbolizam a nossa emancipação, com o nome de “Fôlhas da Independência”. Ao redor da campa havia uma moldura de fôlhas de palmeiras, com esplêndidas ramos de orquídeas, lírios e flôres exóticas.

A cerimônia foi singela mas emocionante. Segundo uma publicação oficial comemorativa desse acontecimento, a presença da força armada estrangeira no recinto da Abadia de Westminster, foi talvez o pormenor mais impressionante, especialmente quando, no fim, à voz de comando do 2.º Tenente Adalberto Nunes, os 20 marinheiros brasileiros, depois de apresentar armas, ajoelharam-se, à moda militar, junto ao túmulo: — “*They occupied a unique position, for they were foreign troops standing under arms in the very Pantheon of the English race*”.

Quando um oficial e um marinheiro se aproximaram, carregando as corôas de flôres em direção à lápide, o Ministro do Brasil, Joaquim Nabuco, inclinando-se em frente do Deão e de Lord Cochrane (Neto), pronunciou estas palavras:

“Senhor Deão, “*My Lord*”,

Depomos estas flôres no túmulo de Lord Cochrane em nome da Marinha Brasileira, que êle criou, e da Nação Brasileira, para cuja independência e unidade êle prestou incomparáveis serviços”.

Logo após a colocação das corôas, Lord Dundonald agradeceu também em poucas palavras, assim:

“Excelência,

Em nome da família do meu avô, agradeço à Marinha Brasileira e ao povo brasileiro por este tributo de respeito à sua memória”.

Tendo cumprido o tributo de respeito, “Sir” Frederick Bridge, organista da Abadia de Westminster executou o Hino Nacional Brasileiro e encerrou a cerimônia com o *God Save the King*, enquanto que a tropa apresentava armas.

A seguir, no pátio atrás da residência do Deão, Lord Dundonald passou em revista os marujos do *Floriano*. Nessa ocasião, o Ministro Joaquim Nabuco dirigiu aos oficiais e marinheiros as seguintes palavras:

“Hoje, Londres assistiu à primeira peregrinação partida de nosso Continente ao túmulo do Lafayette da América do Sul. E’ uma viagem em que o Brasil se orgulha de ir na frente. Foi uma grande carreira aquela do homem que, privado de sua legítima parcela de glória e da ambição de participar dos destinos de sua pátria, pro-

curou para si uma parcela proeminente na hisória, ao dedicar seu gênio e sua coragem para ajudar por todo o mundo a causa das nações que lutavam pela liberdade. Os que tomaram parte nesta breve e silenciosa cerimônia estão profundamente impressionados e sentem que ela vai contribuir para desenvolver nos países que reverenciam carinhosamente a memória de Lord Cochrane uma nobre emulação para tornar mais vivida e mais verdadeiramente nacional sua lembrança lendária. Eu me congratulo convosco, que dignamente ostentais o uniforme de marinheiros brasileiros, pelo privilégio de vesti-lo nesta ocasião, dentro do recinto em que o Primeiro Almirante receberá daqui por diante, cada dia mais unanimemente, o tributo de nossa distante pátria,

“a imensa dívida de uma gratidão sem fim”.

Assim, podeis aproar para o Brasil, orgulhosos de serdes os primeiros mensageiros a Lord Cochrane de uma esquadra que recebeu no seu batismo o sôpro imortal de um espírito inconquistável”.

*

Entre os brasileiros não foi ainda bastante considerada a contribuição de Lord Cochrane para a consolidação da nossa Independência. Mesmo os mais autorizados historiadores, como Varnhagen, deixaram-se impressionar mais por certos aspectos secundários dessa magnífica colaboração — como a questão suscitada posteriormente pela falta de pagamento do Governo Imperial — empanando assim o brilho do ilustre escocês que teve a felicidade de receber muito justamente o título de Primeiro Almirante de Esquadra do Brasil.

Sem pretender retificar essa falha dos nossos historiadores, pois que me faltam qualificações para tanto e tempo para as pesquisas e leituras que essa iniciativa requer, é meu desejo oferecer às novas gerações brasileiras alguns elementos para que façam uma idéia da personalidade daquele que colocou sua bravura e inteligência, com risco de própria vida, a serviço do Brasil, de sua independência política e da liberdade de seu povo. De fato, Lord Cochrane não ficaria mal ao lado de José Bonifácio, o Patriarca, que foi quem o convidou para vir comandar as forças de mar contra a metrópole portuguesa.

A maior parte dos fatos aqui relatados se encontram em sua auto-biografia, e abrangem principalmente o período compreendido desde sua entrada na Marinha Britânica em 1792, até 1814, quando foi condenado, exposto no pelourinho e expulso da Marinha e do Parlamento. Como subsídio e alcançando sua estadia e ação decisiva nos mares brasileiros, fui buscar informes em Afonso d'E. Taunay, no seu volume, “Grandes Vultos da Independência Brasileira”, publicado em comemoração ao 1.º Centená-

rio da Independência Nacional, em 1922, pela Companhia Melhoramentos de São Paulo.

Datado de 14 de dezembro de 1859, dia de seu 84.º aniversário, Lord Cochrane escreveu o prefácio de sua autobiografia para explicar aos leitores os objetivos e limitações dessa obra. Para melhor compreender sua original personalidade, convém colocá-la desde logo e sem intermediário em contacto com os leitores de hoje:

“O presente volume narra meus serviços na Marinha Britânica, desde minha entrada, inclusive a ação em Aix Roads, nos dias 11, 12 e 13 de abril de 1809. O resultado dessa ação, isto é, a Côte Marcial de Lord Gambier — virtualmente uma perseguição à minha pessoa; meu não emprêgo na Marinha daí por diante; a conjura inescrupulosa, mediante a qual fui afastado desse nobre serviço; minha restauração no posto pelo falecido William IV, e às honras que acompanhavam esse pôsto pela minha atual soberana, a muito gentil Rainha Vitória; — foram os temas que, juntamente com outros, estão expostos nas sucessivas partes desta obra.

“Entretanto, devo aludir aqui brevemente a um desses pontos: minha restauração ao serviço naval; não com o propósito de prejudicar a questão, mas com a intenção de aproveitar a primeira oportunidade que me foi concedida, para pagar tributo de gratidão aos que, convencidos da injustiça da sentença, foram os principais fatores para obter sua revogação. Entre êsses, tenho o orgulho de indicar um, cuja primazia de julgamento e cujo patriotismo desprendido nunca falharam durante uma longa vida, a fim de assegurar o mais alto respeito entre os homens de tôdas as côres políticas: o Marquês de Lansdowne. Desde o princípio de minhas imerecidas contrariedades até os dias de hoje, êle manifestou a mais generosa confiança em minha honra, assim como generosamente apoiou a minha causa, quando meu caráter foi posto à prova. Se alguma comprovação fôsse desejada, de minha completa inocência da acusação feita contra mim há 45 anos, nenhum mais soberbo testemunho de incapacidade para cometer as faltas imputadas poderia ser trazido, do que a amizade inabalável do Marquês de Lansdowne; simplesmente porque nenhum homem com qualquer mancha em seu caráter poderia reter algum lugar na consideração de tão ilustre nobre” (1).

Para se aquilatar o amargor que Lord Cochrane sofreu durante a maior parte de sua vida, em consequência das injustiças e perseguições de seus desafetos, ao mesmo tempo que se pode avaliar a tenacidade de sua têmpera de aço, basta ler êste outro trecho do prefácio:

“A Moral — para usar uma expressão antiqüada —

(1). — Dundonald, *The Autobiography of a Seaman*, Second Edition. Londres, 1861, 2 vols.

de minha acidentada carreira é a seguinte: que aquêles que, em matéria politica, propõem a si mesmos uma estrita e rígida adesão à verdade de suas convicções quaisquer que sejam as consequências, devem esperar injúrias mais do que recompensa; e aquêles que, obstinadamente, seguem seu dever profissional em face da rotina e preconceitos officiais, podem considerar-se felizes se escaparem da perseguição. Tal Moral pode ser desanimadora, do ponto de vista nacional, mas é resultante de minha própria amarga experiência. Não obstante o que, se minha vida recommençasse, eu seguiria a mesma rota inflexível, com relação aos abusos na Marinha, seguindo as minhas próprias convicções — um curso que produziria o mesmo resultado para mim: o consôlo de minha própria retidão, mesmo que eu fôsse privado de qualquer outra recompensa”.

.....
“De certo modo, afirmarei ousadamente que esta narrativa de minha vida é digna de exemplo. Ela mostrará ao jovem que, a despeito dos obstáculos, o caloroso apêgo e a incansável devoção à minha nobre profissão me habilitaram a prestar alguns serviços ao meu país, a respeito dos quais me permito refletir com satisfação, mesmo embora isto seja acompanhado de amargas lembranças em relação ao que a inimizade tóda-poderosa de meus oponentes políticos cruelmente me privou de outra oportunidade para cumprir” (1a).

Para compreender-se bem as lutas e desilusões de Lord Cochrane é necessário que o leitor se situi na época e no ambiente em que êle viveu: a Côrte e a Marinha da Inglaterra há cento e cinqüenta anos. Naquela época, a nobreza inglêsa dominava as principais instituições nacionais, inclusive as Fôrças Armadas de terra e do mar. Estas eram administradas por grupos impenetráveis, que monopolizavam os fornecimentos e as compras, bem como influenciavam decisivamente as carreiras dos officiaes, fôsse qual fôsse o seu valor pessoal. Por outro lado, nos tempos de Lord Cochrane as prêsas de guerra pertenciam *par droit de conquête* ao comandante e seus tripulantes. O Govêrno nada mais tinha a fazer do que avaliar êsses bens aprisionados ao inimigo, e pagar.

Muitas das questões em que se envolveu Lord Cochrane se prendem à indenização devida pelas prêsas de guerra que êle havia conquistado com risco da própria vida. Na maior parte dos casos, Lord Cochrane adiantava à tripulação, antes de ser embolsado pelo Govêrno, a parte que a ela cabia e que era, como a do comandante, considerada sagrada. No Chile e no Brasil, Lord Cochrane empenhou-se também em discussões a respeito das in-

(1a). — I, pág. XIII e XIV.

denizações a que se julgava com direito, resultando dessas desavenças muita contrariedade. Como será visto mais adiante, a famosa “ganância” de nosso biografado não passava de uma legítima defesa contra inexecução de compromissos contratuais ou tentativas para lesá-lo nos seus mais lícitos proventos.

*

Declara Lord Cochrane na sua autobiografia que a tradição dá os Cochrane como provindos de tronco escandinavo, através de algum navegante que, em tempos remotos se estabeleceu nas terras de Renfrew e Ayr, na costa ocidental da Escócia. O mais antigo testemunho a respeito dessa família encontra-se em *Peerage of Scotland* de Crawford. Como pode ser considerado digno de fé, vai aqui transcrito:

“Esta família, que originariamente tomou o nome do Baronato de Cochran, em Renfrewshire, é muito antiga; e, embora nenhum membro dela tenha atingido a dignidade de par até o reinado de Carlos I, é inegável que eram barões de especial conceito por muitas gerações anteriores, e foram aquinhoados com extensas propriedades nesses e noutros lugares.

O primeiro de quem encontrei referência é Waldemus de Coveran, isto é, Cochran, o qual em 1262 foi mencionado em uma questão em que era interessado Dungall, filho de Suayan. Outro William de Coveran é citado por Pryn, como uma pessoa de posses nesse condado e que fizera ato de submissão ao rei Eduardo I, *anno Domini* 1296; também John de Coveran é assinalado na eleição regular de Jaime, Abade de Paisley, no ano de 1346” (2).

.....

O primeiro Cochrane que se celebrou foi Robert Cochrane, arquiteto e construtor, que se tornou favorito do rei Jaime III, com grande inveja e despeito da nobreza, que se uniu contra êle e acabou por enforcá-lo com outros companheiros na ponte do Lauder...

Em 1641, Carlos I, ao visitar seus domínios na Escócia, concedeu a “Sir” William Cochrane de Cowden o título de par do reino, com o nome de Lord Cochrane de Cowden, título que só se tornou público em 1647, quando o rei se encontrava prisioneiro em Carisbrook (3).

Em 12 de maio de 1669, Lord Cochrane foi elevado ao título de *Earl of Dundonald, Lord Cochrane of Paisley and Ochiltree*, extensivo a seus herdeiros varões, já nascidos ou por nascer; ou, no

(2). — I, pp. 1 e 2.
(3). — I, pág. 12.

caso de falta, à herdeira mais velha (4). Mais tarde, o Conde de Dundonald foi nomeado Conselheiro Privado da Escócia pelo rei Jaime II, em 10 de junho de 1685 (5).

O ramo direto da descendência do Almirante Cochrane provém de "Sir" John Cochrane, segundo filho do Earl of Dundonald (6). Declara Lord Cochrane: de nossas extensas propriedades nada recebi (7). Lord Thomas Cochrane, 10.^o Conde de Dundonald, era filho de Archibald Cochrane, 9.^o Conde, que morreu em 1823, e neto de Thomas Cochrane, 8.^o Conde de Dundonald (8).

*

A luta de Cochrane contra a corrupção e a rotina viciosa vem desde os tempos de seu pai, quando êste quis introduzir o uso de pixe ou alcatrão como revestimento do fundo dos navios e proteger suas quilhas de madeira contra os estragos da broca do mar. Ao procurar um armador para oferecer-lhe o novo processo preservador, a resposta do homem foi a seguinte:

"*My Lord*, nós vivemos tanto das reparações como da construção de navios e a broca é o nosso melhor amigo... Ao invés de usar o seu preparado, eu sugeriria que se cobrissem as quilhas com mel para atrair os bichos..." (9).

Thomas Cochrane entrou para a Marinha, efetivamente, em 27 de junho de 1793, com 18 anos incompletos, a bordo do *Hind*, sob o comando de seu tio Alexander Cochrane, que mais tarde foi promovido a Almirante. Esteve no *Thetis* em missão com a esquadra na América do Norte. A 14 de janeiro de 1795, foi promovido a 3.^o Tentente, quando a bordo do *Thetis*, sendo logo promovido a *Acting Lieutenant*, quando servindo no navio *África*, a 13 de abril de 1795. Apontado como 1.^o Tentente em 1797, em serviço no navio almirante *Resolution*, passou a seguir como comandante para o navio *Speedy*, de 158 toneladas e tripulação de 84 marinheiros e 6 oficiais, com o qual realizou das mais notáveis proezas, inclusive a captura de uma grande fragata espanhola, *Gamo*. Essa passagem merece transcrição nas palavras do próprio Lord Cochrane (10):

(4). — I, pág. 22.
(5). — I, pág. 27.
(6). — I, pág. 30.
(7). — I, pág. 36.
(8). — I, pág. 35.
(9). — I, pág. 45.
(10). — I, págs. 108 e seqs.

“Percorremos ao longo da costa espanhola e, a 4 de maio de 1799, estávamos ao largo de Barcelona, onde o *Speedy* capturou um navio, que se declarou ser de Ragusa, quando, na verdade, era um barco de guerra espanhol. Logo depois de detê-lo, ouvimos um canhoneio do lado oeste-noroeste e, caminhando na direção desse quadrante, encontramos o navio espanhol *San Carlos* de sete bôcas. Nessa ocasião, veio de Barcelona um enxame de botes armados com canhões, sete dos quais nos perseguiram e às nossas prêsas de guerra, com as quais nos afastamos da costa, enquanto que aquêles barcos retornavam para Barcelona. Na manhã seguinte, as prêsas foram enviadas a Port Mahon. Conservando o *Speedy* escondido durante o dia todo, à meia-noite voltamos a Barcelona, onde encontramos os botes armados, de alcatéia. À nossa aproximação, correram para a praia, atirando de vez em quando. Suspeitando de que seu objetivo fôsse nos atrair para a rota de algum navio maior, perseguimos um dêles”.

.....
Convencidos de que alguma coisa mais do que o normal tivesse feito com que êsses botes nos atraíssem, pouco antes do nascer do sol do dia 6 de maio aproamos outra vez para Barcelona, quando a armadilha se manifestou na forma de um grande navio que, logo após nos ter visto, dirigiu-se para nós. Era uma fragata espanhola.

.....
“Tinhamos a bordo sômente 54 homens, inclusive oficiais e menores, pois o restante da tripulação se encontrava nas prêsas de guerra que havíamos enviado anteriormente. Arvoramos o pavilhão americano, para confundir os espanhóis e podermos nos aproximar bastante sem dar um tiro, conforme minhas ordens expressas”.

Neste ponto, convém lembrar que a guerra daquele tempo era principalmente de astúcia, e arvorar o pavilhão de uma nação neutra era acontecimento comum. Lord Cochrane utilizou-se diversas vêzes dêsse estratagema para enganar os seus inimigos, tanto nas lutas contra a Espanha e, posteriormente, contra a França de Napoleão, como nas suas campanhas libertadoras na América do Sul. Vejamos o desenvolviminto dessa ação nas águas do Mediterrâneo:

“Essa manobra tinha por objetivo evitar os canhões da fragata, porque sendo ela muito mais alta do que o *Speedy*, sua artilharia não o alcançaria se estivesse muito perto. E assim aconteceu. Quando chegou o momento, içamos o pavilhão inglês e iniciamos o bombardeio. Nosso primeiro tiro matou o Comandante e um seu auxiliar. Logo os espanhóis se compenetraram da desvantagem com que estavam lutando e deram ordem para uma abordagem do *Speedy*. Mas, como essa ordem foi distintamente ouvida por nós, evitamos essa manobra no mesmo momento de sua execução, mediante o afas-

tamento do nosso navio e uma descarga de mosquetões, antes que eles pudessem cair em si. Duas vezes tentaram essa manobra e duas vezes a abortamos. Os espanhóis, ao perceberem que estavam castigando a si mesmos, desistiram de continuar a tentativa de abordagem e ficaram dando tiros de canhão, que causaram pequenos danos para nós. Depois de uma hora, a perda do *Speedy* tinha sido somente dois homens mortos e quatro feridos. Esta espécie de combate, porém, não poderia continuar. Nossos mastros e velames ficaram estraçalhados pelo canhoneio. Comandei então os meus homens para tomarem de assalto a fragata, para não sermos nós apanhados, caso em que, como declarei à tripulação, os espanhóis não nos dariam quartel. Ao passo que, em alguns minutos de árdua luta, seria decidida a batalha a nosso favor. O médico, Dr. Guthrie, que, tenho a satisfação de declarar, ainda está vivo para confirmar este feito de sua bravura, apresentou-se como voluntário. Deixando-o algum tempo como comandante e tripulação do *Speedy*, foi dada a ordem para o assalto e, em poucos segundos, cada homem estava no tombadilho inimigo, golpe muito facilitado porque o nosso médico colocou, com grande habilidade, o *Speedy* junto do costado do navio. Por alguns instantes os espanhóis pareceram tomados de surpresa, embora descrendo que uma tão pequena força pudesse ter a audácia de fazer a abordagem; mas, logo voltaram a si e se concentraram no meio da fragata, onde a luta foi desenvolvida com bravura durante alguns minutos. Observando a bandeira inimiga desfraldada ao vento, ordenei a um dos meus homens que a descesse do mastro. Os espanhóis, sem compreender exatamente o que estava acontecendo e por ordem de quem a bandeira havia sido arreada, crentes de que era por decisão de seus próprios oficiais, entregaram-se e ficamos de posse da fragata *Gamo*, com 32 canhões pesados e 319 homens de tripulação, os quais, hora e meia antes, nos olhavam como uma presa certa senão muito fácil.

Nossas perdas foram o Tenente Parker, severamente ferido em vários pontos, um marinheiro morto e três feridos, os quais, com aquêles anteriormente mortos e feridos somam três marinheiros mortos, um oficial e dezesseis homens feridos. As perdas do *Gamo* foram: o Capitão de Torres e treze homens mortos, além de quarenta feridos. Assim, o total das casualidades inimigas excedeu o número de oficiais e tripulantes do *Speedy*".

Interrompamos um instante a narração de Lord Cochrane para assinalar que o Tenente Parker, que foi bastante ferido nesse embate, esteve anos mais tarde no Brasil, participando da luta contra os portugueses juntamente com outros oficiais britânicos que acompanharam o grande comandante. Alguns desses oficiais ficaram no Brasil, deixando descendência. Entre êsses, cumpre lem-

brar o Tenente Thompson, cujo descendente Arthur Thompson, como Tenente da Marinha Brasileira, compareceu também à cerimônia já descrita de homenagem a Lord Cochrane na Catedral de Westminster.

Prossigamos com Lord Cochrane:

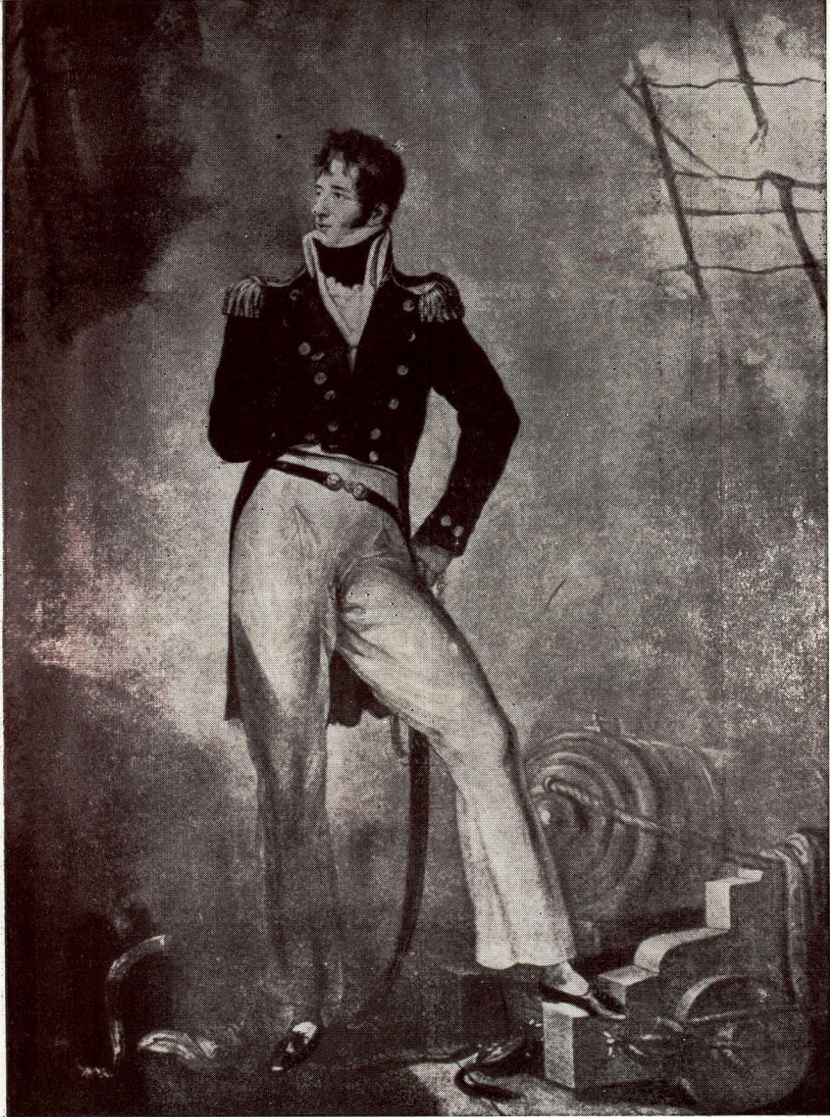
“Algum tempo depois da posse do *Gamo* e quando tudo estava em paz, o oficial que sucedeu ao falecido Capitão Francisco de Torres, não no comando mas em graduação, pediu-me um certificado de que êle tinha cumprido o seu dever durante a ação! Assim, recebeu de mim um declaração de que êle se havia conduzido “como um verdadeiro espanhol”, por cujo documento me pareceu altamente agradecido. Mais tarde eu soube com satisfação que, por causa daquela declaração, êle obtivera promoção na Marinha Espanhola!”

Depois dêsse pormenor interessante, Lord Cochrane descreve sua tática desconcertante, que contribuiu decisivamente para a extraordinária vitória sôbre a fragata inimiga:

“Pouco antes da abordagem, ocorreu um incidente que poderá parecer, aos que nunca se encontraram em tais circunstâncias, um verdadeiro absurdo mencionar. Sabendo que a luta final seria desesperada, e calculando que a imaginação supersticiosa é um dos traços do caráter espanhol, ordenei que uma parte de nossa tripulação pintasse o rosto de preto, de modo que assim mascarados e com a exaltação do combate êles parecessem muito mais ferozes. Os marinheiros disfarçados dêsse modo deveriam penetrar pela prôa, e o efeito produzido foi precisamente o que eu havia calculado. A maioria dos espanhóis estava preparada para repelir os atacantes naquela direção; porém, ficaram estatelados por alguns momentos, como se estivessem presos no tombadilho, quando da aparição de tantas figuras diabólicas emergindo da fumaça branca dos canhões. Entremettes, nossos outros homens, que abordavam pelo outro lado, correram para o inimigo por detrás, antes de voltarem a si de tão estranho fenômeno” (11).

O paralelo apresentado por Lord Cochrane entre os dois navios que se empenharam nessa rápida batalha mostra, a qualquer leigo, quanto vale a inteligência e a astúcia, que podem muitas vezes sobrepujar fôrças consideravelmente mais poderosas:

(11). — I, pág. 113.





LORD COCHRANE

Défenseur des Grecs

Galerie Universelle

Publié par Blaisot



From a Photo

Joseph Brown

THOMAS, TENTH EARL OF DUNDONALD, G.C.B.



GAMO	SPEEDY
22 canhões de 12 lbs. no tombadilho principal.	14 canhões de 4 lbs.
8 canhões de 8 lbs. e 2 canhões de 24 lbs. no "Quarter-Deck".	
319 tripulantes.	54 tripulantes.
190 lbs. de carga total de tiros de um só lado.	28 lbs. de carga total de tiros de um só lado.
Tonelagem: 600 ou mais.	Tonelagem: 158.

Durante os 13 meses de cruzeiro no *Speedy*, Lord Cochrane aprisionou 50 navios, com 122 canhões, e fêz 534 prisioneiros (12).

*

No capítulo VIII de sua autobiografia, Lord Cochrane profli-ga severamente o favoritismo político e a corrupção, o vergonhoso tratamento dos prisioneiros de guerra, a prática perniciosa nos es-taleiros, a economia de medicamentos etc. que imperavam impu-nemente na soberba Marinha Britânica. Esse libelo constituiu quase que um dos mais importantes motivos de sua vida, razão pe-la qual êle sofreu perseguições e humilhações durante longos anos, para ver, afinal, já à beira da sepultura, raiar a justiça.

Por motivo de dificuldades financeiras de seu pai, Thomas Cochrane teve uma instrução muito descuidada e insuficiente na sua juventude. Para suprir essa deficiência, Lord Cochrane não te-ve dúvidas em matricular-se no Colégio de Edimburgo, quando já Capitão de Mar e Guerra. Assim conseguiu completar sua forma-ção cultural que lhe permitiu vencer imensas dificuldades nas mais perigosas situações.

Ao ser reiniciada a guerra com a França, em 1803, Lord Cochrane ofereceu seus serviços como comandante de navio. Lord St. Vincent, que era Chefe do Almirantado e que antipatizava com o nosso biografado, declarou que não havia nenhum navio dispo-nível... Afinal, devido à insistência de Lord Cochrane, Lord St. Vincent ordenou que lhe dessem o *Arab*, um pequeno calhambe-que muito velho e estragado, que se encontrava em reparação em Plymouth. Lord Cochrane não o recusou e, durante algum tempo, fêz cruzeiros com aquela embarcação perigosa...

Eis um comentário interessante, para os que que como nós teste-munhamos as pretensões "napoleônicas" de Hitler em relação à Inglaterra e à possibilidade de invadí-la e tomá-la de assalto:

"Embora Napoleão não tivesse Marinha capaz de competir com a nossa, êle ficara convencido, durante a

última guerra, de que um bom número de botes armados com canhões poderia navegar ao longo da costa francesa, protegidos pelas baterias de terra; e assim concebeu o projeto de unir êsses barcos com outros em Boulogne, de modo a formar coletivamente uma flotilha capaz de efetivar a invasão da Inglaterra, cuja atenção deveria ser distraída por uma tentativa na Irlanda, e, para isso foi reunida uma armada em Brest. Os meios pelos quais a invasão da costa de Kent e Sussex deveria ser realizada são dignos de menção. As várias cidades da França foram convidadas a construir botes de fundo chato, que seriam designados pelos nomes das cidades e departamentos que os fornecessem. Foram divididos em três classes e transportados para os portos mais próximos na direção de Boulogne, para lá serem lotados com tropas e comboiados até a Inglaterra pelos vasos de guerra. E' costume ridicularizar-se tal armamento, mas, se não fôra a vitória de Nelson em Trafalgar, não vejo razão para duvidar de que, mais cedo ou mais tarde, os franceses seriam bem sucedidos. Nos nossos dias (1859...), com os navios a vapor, o jeito de prevenir o bom êxito de semelhante projeto seria manter uma esquadra mais eficientemente tripulada do que os governos hodiernos pensam ser necessário para a segurança nacional" (13).

Essa sensata advertência de Lord Cochrane parece ter sido levada em consideração pelos ingleses. Oitenta anos após, outro Napoleão, munido de armas muitíssimo mais poderosas e de recursos extremamente mais eficazes, baqueou ao tentar invadir as alvas costas de Dover, ainda desta vez com "barcos de fundo chato" repleto de tropas, com lanchas automôveis, com aviões de bombardeio e paraquedistas adestrados...

*

Outra faceta curiosa da vida de Lord Cochrane é o início de sua carreira política. Lançando-se na luta para combater a corrupção na administração naval, o 10.^o Conde de Dundonald se tornou o paladino da moralidade pública. Seu opositor no distrito de Honiton era Bradshaw, político manhoso que levava-lhe a vantagem de ter sido eleito anteriormente, estando a disputar a reeleição. Nesse tempo — como no Brasil de 1954 — o dinheiro corria nas eleições e um eleitorado venal se encontrava sempre pronto a dar seu voto a quem mais pagasse.

Como sabiam que Lord Cochrane havia recebido grandes quantias pelas inúmeras prêsas de guerra que conquistara no mar, o oponente se viu em perigo de perder a eleição... Lord Cochrane, porém, firmou-se no seu ponto de vista moralizador e deixou que seu

rival oferecesse pagamento pelos votos, combatendo justamente êsse aspecto da imoralidade do subôrno. Um eleitor teve a franqueza de dizer a Cochrane:

“Não é preciso perguntar em quem votarei, *My Lord*. Eu sempre voto a favor de *Mr. More*...”

Para imenso desgosto da maioria do eleitorado corrupto, Lord Cochrane anunciou que se apoiaria única e exclusivamente em princípios patrióticos, o que, em linguagem eleitoral daqueles dias, significava claramente “nada de subôrno”. Diz Lord Cochrane na sua autobiografia:

“Com surpresa para mim, porém, um número considerável de habitantes votou a meu favor e o meu agente eleitoral me assegurou que, com uma judiciosa aplicação de quantia não muito considerável, eu teria sido eleito. Tendo eu, contudo, recusado terminantemente essa proposta, a maioria votou a favor dos votos de 5 libras esterlinas...”

.....
“Ser batido, mesmo em eleição, é uma coisa... mas, virar a derrota em vantagem para mim é outra... Tendo tido uma prova decisiva da natureza da política em Honiton, resolvi que, na próxima eleição que houvesse para alguma vaga nesse distrito, eu ganharia a cadeira. Assim, imediatamente após minha derrota, enviei um anunciador por toda a cidade — depois de lhe ter ensinado um discurso apropriado — intimando a todos os que haviam votado em mim para procurarem meu cabo eleitoral J. Townsend Esq. para receberem 10 libras e 10 xelins!...”

“A novidade de um candidato derrotado pagar o dôbra do preço corrente gasto pelo seu concorrente — ou, na verdade, pagar qualquer coisa pelo voto depois da derrota — fêz grande sensação. Mesmo o meu agente me garantiu que êle poderia ter assegurado a minha volta por muito menos dinheiro, devido ao fato de estar uma parte da opinião pública a meu favor. Respondi a “Mr.” Townsend que tal pagamento teria sido um subôrno, que não se coadunaria com o papel de reformador de abusos, uma declaração que pareceu divertilo muitíssimo... Apesar das explicações de que os 10 guinéus eram pagos como prêmio, por terem resistido à influência do subôrno, a impressão produzida na mentalidade do eleitorado, por tão inesperada liberalidade, foi simplesmente esta: que, se eu dava 10 guinéus por ter sido derrotado, meu opositor não havia pago nem a metade do valor do voto para ser eleito; uma conclusão que, por semelhante processo de raciocínio, ampliou-se até a convicção de que cada um dos votantes tinha sido ludibriado na proporção de 5 para 10” (14).

.....
“Havia terminado a missão no *Pallas*, quando em julho seguinte, os eleitores de Honiton me escolheram como seu representante no Parlamento. A história dessa eleição é digna de relato. Minha derrota anterior e o pagamento da recompensa de 10 guinéus devem estar na memória do leitor. Minha recepção pela população foi entusiástica, mais talvez pela crença geral de que a captura de galeões espanhóis me havia aquinhoado com indizíveis riquezas (Tudo isso não passava de fantasia, pois a destruição e captura desses navios e outros franceses não renderam nada a não ser algumas garrafas de vinho...).

“Avisados a respeito de minha prévia aversão ao suborno, nenhuma palavra foi dita pelos meus partidários em relação ao preço que esperavam pelos sufrágios. Era suficiente que meus antigos amigos tivessem recebido os 10 guinéus cada um, depois de minha derrota, e eles achavam melhor deixar o assunto à minha discricão.

“Minha vitória foi retumbante e, após ela, alguns acharam que já podiam perguntar-me abertamente o que, *ex-post-facto*, poderia ser esperado por aqueles que me apoiaram de forma tão delicada.

— “Nem um níquel” foi a minha resposta.

— “Mas, ‘my Lord’, Vossa Senhoria deu 10 guinéus por voto da minoria, na última eleição e, agora, a maioria estava calculando alguma coisa substancial pela vitória.

— “Sem dúvida. O primeiro presente foi pela conduta desinteressada, pelo fato de não receberem suborno de 5 libras dos cabos eleitorais de meu opositor. Se eu os pagasse agora, seria uma violação de meus próprios princípios previamente expostos...”.

Vê o leitor, por êsse relato minucioso, do próprio punho, que Lord Cochrane, mesmo como advogado, era formidável... Sua habilidade não se restringia às lides da guerra naval... Depois desse diálogo, como visse que não tirariam mesmo nem um níquel do escocês Lord Cochrane, resolveram recorrer à sua generosidade, indagando se, ao menos, êle não poderia oferecer aos seus eleitores um jantar público. Continua Lord Cochrane a contar:

— “Naturalmente, foi a resposta, e isto me dará grande satisfação, por saber que tão racional manifestação de patriotismo foi capaz de derrotar o sistema de corrupção que reflete mesmo menos crédito ao doador do que aos que recebem”.

E, então, acrescenta, em íntimo desabafo, o nosso biografado:

“Helas!... pela vaidade das boas intenções. A permissão dada para o banquete se converteu em um compromisso público, não somente para com os meus partidários, mas para os meus oponentes, suas espôsas, filhos e amigos; em resumo, para toda a população da cidade.

O resultado se mostrou logo em uma conta de umas mil e duzentas libras esterlinas...” (15).

No Parlamento, Lord Cochrane começou a apontar os abusos e irregularidades que encontrou da Marinha. Conhecendo por dentro o que se passava, êsse representante do povo, no cumprimento do dever que se impôs, passou a tornar-se incômodo para a maioria dos oficiais superiores, que não podiam tolerar que os negócios internos da Marinha Britânica fôsem expostos e discutidos por um simples Capitão, não obstante seus títulos de alta nobreza. Em 27 de abril de 1807, porém, o Parlamento foi dissolvido, e Lord Cochrane foi forçado a interromper suas atividades moralizadoras, com grande alívio de muitos.

Durante o pequeno período em que Cochrane foi deputado, seus eleitores de Honiton o assaltavam freqüentemente com pedidos de empregos, de modo que, para concorrer às novas eleições, êle resolveu apresentar-se candidato pelo distrito de Westminster. Tendo sido eleito por essa circunscção, declara Lord Cochrane em suas memórias:

“Tive a honra de representar um corpo de eleitores, cujo apôio subsequente, sob os mais acusadores acontecimentos de minha vida, forma uma das mais gratas recordações. Devo lembrar também, para honra de meus amigos de Westminster, que durante minha longa conexão com êles, nenhum eleitor me pediu para arranjar-lhe ou para seus parentes um lugar no Govêrno, enquanto que a multidão de pedidos de empregos provindos de meus anteriores constituintes formaram, como já disse, uma fonte de intolerável aborrecimento” (16).

Aliás, essa justiça que Lord Cochrane faz aos eleitores de Westminster está ainda mais enfática na dedicatória de seu livro:

“Aos eleitores de Westminster, por cujo generoso apôio, há cêrca de meio século, eu fui salvo do desespero, resultado de ofensas não merecidas lançadas por uma facção politica hostile, em represália pela reforma naval e administrativa; e por cuja honra é preciso ficar registrado que, em caso algum, durante nossa longa conexão politica, veio qualquer um pedir-me para arranjar-lhe algum cargo, beneficio ou remuneração — êste livro é inscrito pelo seu fiel servidor

Dundonald”.

*

Durante a guerra com a França sob Napoleão Bonaparte, Lord Cochrane teve ocasião de elaborar, a insistente pedido do Almiran-

(15). — I, págs. 203-204.

(16). — I, pág. 219.

tado, um plano de ataque à esquadra francesa, que se encontrava em Aix Roads. Seguindo estritamente suas diretrizes, a força naval inimiga poderia, na opinião de Lord Cochrane, ser irremediavelmente destruída e aprisionada. Esse plano, que à princípio Lord Cochrane tentou omitir para não criar conflito com os seus superiores hierárquicos, foi afinal adotado pelo Almirantado, que o transmitiu a Lord Gambier para executá-lo. Ao mesmo tempo, determinou a Lord Cochrane que se apresentasse ao comandante das forças navais, Lord Gambier, para ser o executor do plano *in-loco*. Ainda, nessa altura, Lord Cochrane procurou esquivar-se da missão, pois sabia que Lord Gambier não estava de acordo com suas idéias. Sendo-lhe recusada a dispensa dessa importante missão, que, era de grande risco, Lord Cochrane não teve outro remédio senão aceitar e partir.

Em consequência das circunstâncias então prevaletentes, Lord Gambier deu execução ao plano de guerra com má vontade, não permitindo que tivesse o êxito previsto, para o que não correspondeu, no momento preciso e culminante de sua execução, com as ordens complementares combinadas. Os franceses tiveram grandes perdas assim mesmo, mas, na verdade, elas foram muito aquém das previsões. Como Lord Cochrane não se conformasse com isso, que considerava uma grande falha de seu superior, resolveu levar essa questão para a tribuna do Parlamento, na hora em que foi apresentado um voto de louvor ao Almirante Gambier.

Por causa da atitude e das declarações do Capitão Cochrane no Parlamento, o Almirante Gambier solicitou para si o Conselho de Guerra, com o intuito oculto de envolver Cochrane e transformá-lo de acusador em acusado. O caso foi objeto de longos depoimentos e, não obstante o número de testemunhos favoráveis a Cochrane, as autoridades que presidiam o julgamento de Gambier innocentaram-no completamente, com grande desgosto do nosso biografado.

Dentre os testemunhos citados por Lord Cochrane em abôno de seu plano de batalha contra a esquadra francesa, destaca-se um de Napoleão, que vai aqui transcrito da autobiografia que, por sua vez, foi buscar esse subsídio na obra de O'Meara (17).

“Tivemos então uma conversa acerca de Lord Cochrane e sua tentativa de capturar ou destruir os navios no Charente. Eu disse que era opinião de todos os oficiais competentes, os quais nomeei e eram bem conhecidos d'ele (Napoleão), que, se Lord Cochrane tivesse sido apoiado apropriadamente, teria destruído a totalidade dos navios franceses. Ao que, replicou Napoleão:

(17). — *Napoleon*, vol. II, pág. 291.

“Ele não os teria somente destruído, como poderia e teria tomado todos eles, se o seu Almirante, o apoiasse, como o deveria ter feito. Pois em consequência do sinal dado por Allemand (penso que foi o que ele disse) aos navios, para que fizessem o melhor nas suas forças para se salvarem — “*sauve qui peut!*” — de fato eles ficaram em estado de pânico e cortaram as amarras. O terror causado pelos brulotes (*brulots*) foi tão grande que eles realmente jogaram a pólvora ao mar, de modo que não puderam oferecer a mínima resistência.

“O Almirante francês, continuou Napoleão, era um imbecil, mas o vosso era igualmente ruim. Eu lhe garanto que se Cochrane tivesse sido apoiado, ele teria apinhado todos os navios. Eles não deveriam ter ficado alarmados com os brulotes, mas o terror os privou dos sentidos e não sabiam mais como agir em sua própria defesa” (18).

Foi exatamente essa a questão que Lord Gambier submeteu ao Conselho de Guerra. O 2.^o volume da autobiografia de Lord Cochrane é, na sua maior parte, ocupado com os depoimentos, transcritos *ipsis verbis*, segundo os apontamentos oficiais, os quais são analisados minudentemente pelo autor, a fim de refutar as alegações de Lord Gambier e as acusações que lhe pesavam, justificando assim sua atitude. Essa documentação impressionante, que esclarece completamente o assunto, só foi conseguida por Lord Cochrane poucos anos antes de falecer, pois só então é que obteve permissão para ter acesso aos arquivos do Almirantado. De posse dos elementos essenciais do processo, Lord Cochrane escreveu esses dois volumes de sua autobiografia para desmascarar as camorras que havia dentro da mais nobre instituição britânica, que é a sua Marinha de Guerra.

*

Só aos 73 anos de idade é que Lord Cochrane foi pela primeira vez investido no comando da esquadra. E ele comenta, tristemente:

“Mas, hélas!, essa reparação veio muito tarde para compensar as esperanças e justas expectativas da mocidade para uma vida que se desperdiçou forçadamente, tanto no que me respeita como em relação à minha pátria” (19).

A restauração no posto de Almirante só se deu em 1833 e, muito mais tarde, a rainha Vitória restaurou Lord Cochrane em todas as honras e títulos que lhe haviam sido cassados, inclusive o

(18). — I, pág. 422.

(19). — I, págs. XII e XIII.

de Cavalheiro da Ordem do Banho, que lhe havia sido concedido em 20 de abril de 1809, no apogeu de sua carreira naval.

A degradação de Lord Cochrane dos postos e títulos que conquistara pelo seu valor se deu principalmente por causa de uma especulação havida na Bôlsa de Londres com títulos de minas de metais, mediante a difusão de uma notícia falsa da morte de Napoleão. Segundo ficou apurado mais tarde, Lord Cochrane não tinha nenhuma responsabilidade no caso, sendo o mais comprometido um seu tio. Lord Cochrane, porém, para ressaltar a posição do tio, deixou-se condenar sem apresentar a defesa que poderia inocentá-lo.

*

Há um comentário de Lord Cochrane a respeito do costume de se invocar o nome do Onipotente em qualquer caso, especialmente em atos de guerra:

“Pela Graça de Deus — Há qualquer coisa de revoltante, para um espirito verdadeiramente religioso, nessas frases desprimorosas, que associam o Autor de nossa existência com as carnificinas da guerra. Em caso algum isso é defensável. Mas, quando o nome do grande e misericordioso Criador é subordinado à uma tentativa de empalmar como uma grande vitória aquilo que, na realidade, foi uma grande desgraça, mesmo em relação aos meios humanos disponíveis, há qualquer coisa de chocante na perversão da linguagem, que somente poderia ser murmurada com profunda reverência e em ocasião de estrita coincidência com os atributos do sacratíssimo Nome invocado. Neste caso particular, os navios incendiários (brulotes) tinham sido denunciados como horri-veis e anti-cristãos. Mesmo assim, os *navios explosivos* — dez vêzes mais diabólicos como máquinas de destruição — tinham sido bem sucedidos, “com a graça de Deus Todo Poderoso!” (20).

De fato, o relatório oficial de Lord Gambier, Almirante da Esquadra Inglesa, assim principia:

“A Graça do Todo Poderoso para com Sua Majestade e para com a Nação...” (21).

Lord Cochrane nunca perdoou a Lord Gambier o insucesso de seu plano e, no decorrer de quase todo o segundo volume de sua autobiografia, os argumentos se acumulam, mediante a citação do testemunho de outros, para que não se argúi de parcialidade. Assim, depois de tantos anos de sofrimento e ostracismo, foi com

(20). — I, pág. 427.

(21). — I, pág. 403.

irreprimível satisfação que Lord Cochrane encontrou o depoimento de uma autoridade estranha, o Almirante Gravière, da Armada Francesa, na conhecida *Revue des Deux Mondes* de 1858. Descrevendo o que aconteceu na batalha da Basque (Aix) Roads, assim se exprime o oficial superior francês:

“Um espírito vertiginoso parecia dominar, nessa noite medonha e nos dias que se seguiram, os mais bravos capitães. Navios que o inimigo nem mesmo havia atacado foram abandonados por suas equipagens, e homens heróicos participaram da fraqueza geral. A moleza de Lord Gambier, a coragem e o sangue frio de alguns de nossos oficiais, preservaram sózinhos a esquadra francesa de uma ruína total” (22).

No interessante livro *The Anatomy of Neptune* (23) editado por Brian Tunstall, ilustre conferencista e professor de História no *Royal Naval College* de Greenwich, Secretário Honorário da *Navy Records Society* de Londres, encontram-se lisongeiros referências a Lord Cochrane:

“Lord Dundonald, cujas aventuras (algumas) formam a última transcrição, foi uma das mais notáveis figuras de nossas guerras navais. Não somente éle apresentou originalidade e iniciativa da mais alta ordem, como em anos ulteriores se fêz o campeão do governo constitucional tanto na América do Sul como na Grécia. As rápidas mudanças da fortuna, que caracterizam essa transcrição, dão uma muito melhor idéia das vicissitudes da guerra no mar com navios à vela, do que a descrição de um conjunto de batalhas entre grandes esquadras modernas” (24).

.....
“Um interessante aspecto dos negócios navais é delineado pelo relato de Dundonald a respeito de suas disputas com a Côrte do Almirantado em Malta. Como muitas das instituições do século XVIII as repartições administrativas da Marinha eram dadas à corrupção, e não há dúvida de que a Côrte de Malta combinava os piores abusos, tanto navais como legais. Era uma “sociedade fechada” e suficientemente longe da Inglaterra para escapar a qualquer interferência regular. Ela tratava de casos de navios e cargas de imenso valor, capturados por oficiais navais que, geralmente, não tinham nem tempo, nem meios, nem os conhecimentos técnicos, para estabelecer suas justas reclamações. Sob tais circunstâncias,

(22). — II, pág. 428.

(23). — George Routledge & Sons, Ltd. Londres, 1936.

(24). — Ibidem, pág. 232.

os oficiais da Côrte floreciam ilegalmente até que foram denunciados pela ousada originalidade de Dundonald (25).

O episódio passado em Malta, contado por Lord Cochrane, é uma deliciosa sátira, mas é muito longo e escapa dos limites desta apreciação.

*

Como é sabido, Lord Cochrane colocou seus serviços à disposição dos Governos do Chile, do Perú e do Brasil, para lutar pela sua independência. Essa transferência de suas atividades navais, a convite dos patriotas e representantes das nações interessadas, foi uma espécie de resposta de Lord Cochrane aos seus inimigos e à ingratidão de seus compatriotas. Assim conta êle sua resolução de partir para o Chile:

“No ano de 1819 — quando quase arruinado por despesas judiciais, multas e privação de vencimentos — em desespero ainda maior para sobrepujar a imerecida injúria que caiu sôbre mim na Inglaterra — aceitei um convite do Govêrno do Chile para auxiliar sua guerra de independência, e mudei-me com Lady Cochrane e nossa família para a América do Sul, na vã esperança de encontrar, entre os estrangeiros, essa simpatia que, embora interessada, poderia, de algum modo, compensar as perseguições em nosso país natal. *Nota:* A malícia da facção ofendida me perseguiu mesmo nessa parte remota do globo, na forma de um Ato sôbre Alistamento no Estrangeiro. Esse Ato foi preparado pelo Procurador-Geral, “Sir” Samuel Shepherd, com o propósito expresso de impedir qualquer um de nós de auxiliar os países sul-americanos então em guerra contra a Espanha. Foi o Ato especialmente apontado para mim, embora eu tivesse sido, de forma injuriosa, expulso do serviço naval de minha pátria” (26).

A campanha do Chile é bem contada por Enrique Bunster no seu livro sôbre Lord Cochrane (27). No prefácio de Alone, há um perfil do nosso biografado, nos seguintes termos:

“E que grande figura de pirata sugere logo à primeira vista êste “Cavaleiro Andante” dos oceanos!

Não deve ter sido nada cômodo para o incipiente Govêrno da República (Chile), como não o foi, nem antes nem depois, para qualquer país a cujo serviço colo-

(25). — *Ibidem*, pág. 264.

(26). — II, pág. 11.

(27). — *Lord Cochrane, Un Estudio con Varaciones*. Empresa Ziz-Zag S. A. Santiago do Chile. 1943.

cou a fôrça de sua espada e o atrevimento de suas iniciativas. Tôda autoridade quer obediência, submissão, disciplina, e o descendente dos Condes de Dundonald tinha mais temperamento para mandar do que para submeter-se, preferia arriscar a vida e a de seus soldados em um aventura com visos de lenda, a proceder como San Martín, medindo, pesando, contando e fazendo cálculos pacientes. Um de seus recursos decisivos e a grande mola com que conseguiu seus melhores triunfos, foram a surpresa violenta e a incredulidade do inimigo ante sua audácia temerária” (28).

Suas grandes façanhas no Chile refletem realmente uma coragem incontrolada, sustentada por uma energia inquebrantável, que tinham o condão de contagiar os marinheiros e soldados sob o seu comando. Lá, como no Mediterrâneo e depois na costa brasileira, Lord Cochrane capturou navios e tomou de assalto barcos muito mais possantes do que os que tinha a seu dispor.

Por sugestão de José Bonifácio o Governo Imperial do Brasil convidou Lord Cochrane para vir organizar a defesa marítima do nosso território. Vejamos, resumidamente, os comentários de Afonso d’E. Taunay (29).

“Lutando com grandes dificuldades e a tudo prevenido com a maior capacidade, pôde Cochrane sair do Rio a 3 de abril, à testa de pequena esquadra, mal armada, mal artilhada, mal tripulada, para auxiliar a ação terrestre dos patriotas baianos retelados e comandados por Lebatui. A 4 de maio, tendo recebido refôrço de alguns navios, aproou para a barra da Bahia, cujo pôrto dominava a frota do Almirante Felix de Campos, incomparavelmente mais forte do que a brasileira. Dispondo da nau *Pedro I*, das fragatas *Ipiranga*, *Niterói*, *Paraguassú*, da corveta *Maria da Glória* e mais alguns chavecos, ia Cochrane afrontar a esquadra portuguesa, (uma nau, duas fragatas, sete corvetas, uma charrua, uma sumaca e um brigue); dispunha de 242 canhões quando os portugueses tinham 396. Mas, como imediatos contava um núcleo de oficiais de maior valor, como Grenfell, Norton, Beaurepaire, Taylor, embora se visse na contingência da maior gravidade pelo fato de quase todos os seus artilheiros serem portugueses. Assim mesmo, não duvidou em atacar a esquadra lusitana. Só se retirou ante a desproporção esmagadora das fôrças, causando então os maiores danos ao inimigo, a quem inspirou verdadeiro terror. Retirou-se aí para o Morro de São Paulo.

“A esquadra portuguesa tão superior em número — diz Varnhagen — não se atrevia a acometer a Cochrane; isto se explica pelo terror que inspirava só o nome d’este Almirante, e o receio que Felix de Campos tomara dos

(28). — *Ibidem*, pág. 28.

(29). — *Grandes Vultos da Independência Brasileira*.

brulotes de que constava se propunha Cochrane fazer uso”.

.....
“Na noite de 12 para 13 de junho realizou Cochrane, já mais apercebido de meios, uma das maiores façanhas de sua vida cheia no entanto de lances aventureiros. Penetrou com sua almiranta *Ipiranga* e a *Maria da Glória* por entre a esquadra inimiga e por um triz se apoderou da capitânea portuguesa *D. João VI*. Foi o vento que lhe impediu a realização desse feito arrojadíssimo. Este último ato de audácia heróica deu todo o desalento à endurecida alma de Madeira, nota Pôrto-Seguro. De então em diante não pensou mais senão em prevenir a retirada. Aliás, estava bloqueado por terra e por mar, sem viveres.

.....
“Perseguiu Cochrane a esquadra retirante e ainda pôde aprisionar-lhe numerosos vasos. E tal a sua audácia que, a 4 de julho, por um triz escapou de perecer em combate desigual, isolado que se achou do resto de sua divisão. Numerosas prêsas efetuou então. A 26 de julho entrava Cochrane no Maranhão, aniquilando aquêlo reduto da resistência portuguesa no Brasil e seu imediato Grenfell em 11 de agosto apossava-se do Pará. A 9 de novembro estava no Rio de Janeiro e a 25 galardoava-o o Imperador com o título de Marquês do Maranhão, sendo-lhe a 2 de outubro votado na Assembléia uma moção exprimindo-lhe o reconhecimento nacional, muito embora a oposição de Montezuma.

.....
Via-se logo depois Cochrane disputar com o Governo Brasileiro a propósito de pagamentos atrasados, não só para êle como para os seus comandados. Começaram a lhe fazer dificuldades. Os lusitanófilos que regiam agora os destinos do Brasil instituíram um Tribunal de Prêsas e a tal propósito infligiram mil vexames a Cochrane e a seus principais oficiais, diz o Almirante Boiteux, seu biógrafo, que estudou a questão com a maior imparcialidade e abundância de documentos”.

*

O grande historiador Varnhagen apreciou a atuação de Lord Cochrane no Brasil com injustificada antipatia, empanando suas vitórias e sua decisiva colaboração com os brasileiros nacionalistas, mediante o destaque de pormenores desprimorosos na questão do pagamento de seus serviços de “mercenário”. Na verdade, como se depreende do desenrolar dos acontecimentos, se houve incorreção no caso, a responsabilidade do Governo Brasileiro é inegável.

O não cumprimento do contrato, por parte das autoridades imperais, é que deu motivo à demanda. Lord Cochrane era um homem que não compreendia, como bom escocês, que tivesse de de-

sembolsar seu dinheiro para pagar os oficiais e tripulantes de sua frota, sem que fôsse oportuna e exatamente indenizado; e, como bom inglês, não compreendia que um contrato assinado e elaborado por mútuo acôrdo e consentimento não fôsse rigorosa e exatamente cumprido.

Tanta razão lhe cabia nessa triste disputa que, trinta anos mais tarde, em agôsto de 1855 — cinco anos antes de sua morte — Lord Cochrane viu os seus direitos reconhecidos pelo Parlamento Brasileiro, que autorizou o pagamento da importância de 252 contos de réis, restabelecendo, ao mesmo tempo, a pensão e o soldo de Primeiro Almirante.

Conforme a observação de Taunay (30), “duramente maltrata Varnhagen o Almirante inglês em sua *História da Independência*”:

“O incansável Cochrane, que já, quando ao serviço das Repúblicas do Pacífico, dera provas de que o seu único ídolo era o dinheiro, estava descontente pelas delongas do Tribunal em sentenciar-lhe as suas prêsas (abril de 1824). De umas 68 a que êle e sua tripulação se julgavam com direito, apenas duas haviam sido declaradas boas. Embora chegasse o Imperador a conhecer que eram despropositadas as suas pretensões, assentira que uma vez que se tinha pactuado com êle sob as condições tão vagas, não havia remédio senão apresentá-lo e contentá-lo e com mais razão quando êle argumentava o estar a sua tripulação descontente, julgando-o vendido ao poder, pelas graças que havia recebido”.

No meio dessas controvérsias desagradáveis, Cochrane ainda tomou parte ativa na campanha no Norte. Conta Taunay:

“Em princípios de julho de 1824 arrebentou a Revolução Pernambucana da Confederação do Equador. Furioso recusou Cochrane cooperar em sua repressão e D. Pedro I teve de dar 200 contos de réis ao Almirante e uma declaração de que em favor de sua esquadra desistiria de quanto entre as prêsas lhe fôsse legalmente adjudicado. E ainda arrancou o Lord um decreto atribuindo-lhe metade do sôlido, se deixasse o serviço do Brasil, convertida em pensão para sua mulher em caso de morte”.

Como já foi visto, não havia realmente, dentro dos padrões da época, exigências absurdas nem excessos nas pretensões de Lord Cochrane. A adjudicação do valor das prêsas de guerra era uso corrente naqueles tempos e o meio-sôlido e a pensão no caso de morte eram institutos corriqueiros na vida militar. Continuando no seu relato, o ilustre historiador (31), certamente influenciado por Varnhagen, acrescenta:

(30). — Taunay, *ob. cit.*, pág. 156.

(31). — *Ibidem*.

“Isto o satisfez a ponto de aceitar o Comando da Esquadra que ia bloquear Recife. Nesta campanha desaveio-se com os chefes do exército de repressão da revolta; seguindo a pacificar o Norte entrou em novembro no Maranhão, onde em dezembro depôs o Presidente Bruce, nomeando em seu lugar Manuel da Silva Lobo, que, intimidado, aceitou entregar-lhe cento e tantos contos por conta de muito maior soma exigida. Chegando o novo Presidente Costa Barros e mostrando-se indócil, prendeu-o Cochrane, deportando-o para o Pará. E afinal recebido o dinheiro exigido entregou o Comando a Jewett e partiu para Portsmouth com a fragata *Ipiranga*, ali dando fundo a 26 de junho de 1825.

“Receou D. Pedro I que fôsse sua intenção vender o vaso de guerra brasileiro, chegando a declarar que se entregasse a fragata tudo lhe perdoaria pelos serviços que com sua presença prestara ao Brasil. Tal receio não se realizou contudo, pois Cochrane entregou o navio ao Ministro do Brasil na Inglaterra, Visconde de Itabaiana. “Por então pareceu o Marquês satisfeito com os duzentos contos recebidos no Rio de Janeiro e os cento e seis no Maranhão. Mas, muitos anos mais tarde, quando havia consumido o que tinha entesourado no Pacífico e no Brasil, sempre insaciável apresentou pretensões a novos pagamentos caluniando o bom crédito do Brasil” diz Varnhagen”.

Vê-se, pela forma de apresentar os fatos, como é fácil destorcer a História e como é difícil testemunhar a verdade. Os fatos são verdadeiros, não há dúvida. Mas eles são uma decorrência de compromissos, usos e costumes. As intenções que os motivam ou que objetivam são nobres e dignas; mas, o intérprete as envenena, salientando pontos irrelevantes e omitindo outros altaneiros. Assim Varnhagen observou e comentou a ação de Lord Cochrane, olvidando sua bravura, o risco e, afinal, os excelentes resultados de suas campanhas na consolidação da Independência do Brasil.

Voltemos, porém, à apreciação mais serena e objetiva de Afonso d’E. Taunay (32), que assim comenta a ida de Lord Cochrane para a Inglaterra:

“Tal viagem efetuada sem instruções valeu-lhe a suspensão dos privilégios e direitos, por decreto de 20 de dezembro de 1825, e como não lhe ligasse importância ao Ato foi, afinal, demitido do serviço do Brasil a 10 de abril de 1827. Por longos anos realmente advogou Lord Cochrane a restituição das quantias a que se julgava ter direito, relativas às suas pensões, cumprimento de promessas, e às prêsas marítimas que efetuara. Passado longo prazo foram suas reclamações estudadas, devido à interferência do Governo Inglês em seu favor. Afinal,

(32). — *Ibidem*, pág. 157.

em 1846, mandou o Governo Imperial rever a questão e, em agosto de 1855, foi pelo Parlamento autorizado a pagar-lhe 252 contos como indenização das prêsas de guerra, além de lhe tornar efetiva a pensão e lhe abonar os sôldos devidos como Primeiro Almirante”.

A respeito dessa tão decantada ganância de Lord Cochrane — circunstância que, como vimos, teve origem na própria Inglaterra, graças aos esforços demolidores de seus inimigos que se locupletavam com as negociatas na Marinha Inglesa — é justo que se ouça o testemunho de um chileno, Enrique Bunster no seu pequeno livro *Lord Cochrane*:

“E’ um êrro, não obstante, atribuir-lhe a condição de mercenário. Cochrane não lutaria, e não lutou, pela primeira causa que solicitara seu concurso. Antes de Alvarez Condarco o convidar em nome do Chile, o havia feito o Duque de San Carlos, em representação de Sua Majestade Fernando VII, oferecendo-lhe a dignidade de Almirante de Espanha, com pingues emolumentos. E eis qual foi a sua resposta: “Não combateria pela Espanha nem por nenhuma potência opressora...” Ele era um nobre: sua espada não podia servir senão à causa que era também sua. E assim, o homem que se chamou a si mesmo, e com razão, o Quixote do Mar, aceitou em troca o convite modesto de uma República ainda em fraldas, sem Tesouro e quase sem Esquadra, que ainda não havia sido reconhecida por nenhum país do mundo, e que lhe oferecia para sua subsistência um sôlido de quinhentos pesos mensais. Com êsse estranho desinterêsse, com essa gentileza de que só um Lord hereditário pode ser capaz, distinguia-nos e nos honrava o nauta insigne antes de nos conhecer. Ainda que não tivesse feito mais do que isto, ainda que tivesse voltado da metade do caminho, sem avistar nossas costas, seu nome mereceria pronunciar-se com simpatia, como de um amigo.

Mas sua boa vontade não parou ali. Chegou ao extremo de contribuir com recursos em dinheiro para o financiamento da futura Grande Armada patriótica. Quinze mil pesos — uma caudal para então — saíram de seu patrimônio, a título de empréstimo, para pagar aos armadores do Tâmis a primeira cota por um navio a vapor que o Governo mandara construir. E êsse gesto ainda não lhe pareceu bastante, porque fêz com que seu irmão, o Lord Guilherme Erskine Cochrane, concorresse com o saldo de sessenta e cinco mil, para que o barco pudesse ser concluído e entregue” (33).

Eis o homem ganancioso, que lutava só por dinheiro!... Basta calcular que emprestando 15.000 pesos, estava oferecendo ao Chile

(33). — *Ob. cit.*, págs. 36-37.

30 meses de seu sôlido de 500 pesos mensais. . . Mas, a êsse respeito, o melhor é ouvir o próprio Lord Cochrane na sua autobiografia:

“Por motivo da destruição parcial da frota inimiga em Aix Roads não recebi nem um níquel, nem meus oficiais, nem minha tripulação; mas, nove anos depois, quando me disseram que deveria receber minha parte do dividendo, com o resto da Armada, respondi pela recusa, tanto da oferta como do dinheiro, pela razão de que somente os navios que participavam da luta é que tinham direito a êle.

“O leitor me perdoará esta breve digressão, que surgiu das alusões do Almirante Austen às perseguições imerecidas com que me atormentaram, e eu escolhi esta oportunidade para fazer o público entrar diretamente no assunto que tem sido muito mal entendido, em meu detrimento e de minha família. Nem direta, nem indiretamente os meus serviços, durante tôda minha carreira, custaram ao país um níquel mais do que a remuneração usual e a pensão normal por bons serviços prestados, a que meu pôsto me dava o direito; nem qualquel membro de minha família recebeu qualquer cargo do Govêrno, exceto aquêles que decorreram da carreira normal da promoção naval. Depois desta afirmação categórica de minha parte, sinto-me confiante em que a porção da imprensa que exprimiu a opinião de que ‘eu tinha sido recompensado amplamente pelos meus serviços’ me fará a justiça, reconhecendo êsse êrro não intencional” (34).

Em consequência das atividades especulativas na Bôlsa de Londres, já referidas antes, questão de que Lord Cochrane trata extensamente nos Capítulos XXXVIII, XXXIX e XL do 2.^o Volume de sua autobiografia, sofreu o vexame da expulsão da Marinha, e do Parlamento pela contagem de 140 votos contra 44, em 1814. Mas, dois anos mais tarde, o eleitorado de Westminster, mais sábio e menos influenciado pela politicagem, o elegeu novamente.

Nos arquivos do Bank of England se encontra uma nota de 1000 libras esterlinas, n.^o 8202, nas costas da qual Lord Cochrane, infringindo a lei que proibe inutilizar as notas em circulação, escreveu o seguinte protesto:

“Tendo minha saúde sofrido pelo longo e abafado confinamento, e estando meus opressores resolvidos a me privar das propriedades ou da vida, submeto-me a furtar para me proteger do assassinato, na esperança de que viverei para levar os delinquentes à justiça.

King’s Bench Prison, July, 3rd, 1815. Cochrane”.

(34). — II, págs. 45.

Depois dessa tirada humorística, sua obra autobiográfica se conclui com um doloroso gemido de protesto que, no tremendo esforço de restabelecer a verdade ao fim de mais de oitenta anos de vida atribulada, dá uma nota profundamente patética:

“Eis a recompensa que me foi consignada por uma facção ministerial, memorável somente pela sua corrupção política. Com êste protesto, encerro êste livro” (35).

*

Esse homem incomum era dotado de fortíssima compleição e, como observa Taunay e vimos pela sua clara e corajosa autobiografia, conservou tôdas as faculdades íntegras até o fim da vida. Seu retrato, como velho, não pode mostrar sua petulância e arrogância da mocidade. Assim a reprodução do quadro de 1809 mostra Lord Cochrane na época mais brilhante de sua vida.

Afonso d’E. Taunay traça o seguinte perfil de Lord Cochrane, como visto pelo viajante russo Kotzebue, que o conheceu no Rio de Janeiro, em 1823, e que o achou pouco simpático:

“Seu exterior e maneiras têm algo de repugnante; na conversação ordinária, não se exprime senão por monossilabos e é difícil descobrir nele o homem instruído e inteligente. Tinha então mais de 50 anos; alto e magro, sua fisionomia é severa e seus traços fortemente desenhados; seus cabelos ruivos, suas costas um pouco curvadas; seus olhos vivos, encimados por espessas sobrancelhas, estão sempre por baixo; não olha de frente, mesmo às pessoas com quem está falando. Parece que a guerra é uma verdadeira necessidade para êle e os combates verdadeiros gozos, contanto que a causa que defende lhe pareça justa; é um pouco difícil conciliar essa disposição com a sêde de ouro que nele censuram. Sua mulher, cuja beleza, mocidade, graça e espírito oferecem um contraste golpeante, ama-o com ternura e não o deixa ainda no meio dos perigos. A todos os combates que seu marido sustentou no serviço da América Meridional, esteve ela presente, não temendo expor a vida, somente para estar junto dêle”.

Lord Cochrane dedica um capítulo inteiro de sua autobiografia ao seu casamento com Miss Katherine Corbett Barnes, jovem orfã de família muito boa (36). Eis, como êle inicia tão delicado assunto:

“O acontecimento aqui registrado é um dos mais importantes e mais felizes de minha vida, pelos seus resultados de ouro sôbre azul: meu casamento com a

(35). — II, pág. 399.

(36). — Capítulo XXXVI do 2.º volume .

Condessa de Dundonald. Foi dito por um escritor escocês que “Os Cochrane têm-se notabilizado por original e fulminante golpe de inteligência, que às vêzes se denomina gênio — outras vêzes excentricidade”. Até onde isso pode ser verdadeiro de meus antepassados, não me reterei para indagar. Não fazendo questão do gênio, eu disputo contudo a excentricidade em meu próprio caso, não obstante que as aparências, no que respeita à minha vida pretérita, possam estar contra mim. Sem uma partícula de romance em minha constituição, minha vida tem sido a mais romântica e a circunstância de meu casamento não o é menos” (37).

Contrariando a vontade de sua família, que o destinara a casar-se com a filha de um Almirante, Lord Cochrane desposou a futura Lady Cochrane, secretamente, no dia 8 de agosto de 1812. Essa união foi felicíssima. Lady Cochrane sofreu e lutou contra todas as adversidades, recorrendo pessoalmente às autoridades e até ao rei, para salvar seu intempestivo marido.

Lord Cochrane deixou parentes no Brasil, descendentes do Dr. Thomas Cochrane, médico homeopata que viveu no Rio de Janeiro no século passado, onde possuía grandes propriedades na Tijuca. Era um homem de grandes iniciativas de progresso, sendo um dos empreendedores da Companhia de Carris de Ferro da Cidade à Boa Vista, cuja linha de bondes à tração animada foi inaugurada em 30 de janeiro de 1859.

O Brasil ainda precisa honrar com carinho a memória do homem extraordinário que foi o braço forte de José Bonifácio, o Patriarca. Não bastam algumas ruas com o seu ilustre nome: a própria História do Brasil deve ser revista para dar o lugar que compete àquêle de quem se disse que

“foi o primeiro marítimo de seu tempo e o último grande representante de sua escola de tática naval” “conceitos que definem as ações do ilustre cabo de guerra, a quem tanto deve o Brasil”.

Com estas palavras definitivas de Afonso d’E. Taunay, encerro êste esboço biográfico de um dos mais empolgantes lutadores pelos altos ideais da humanidade.

ALDO M. AZEVEDO